

12º SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

12º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Analista-31-05-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO**Banhos de mar**

Meu pai acreditava que todos os anos se devia fazer uma cura de banhos de mar. E nunca fui tão feliz quando naquelas temporadas de banhos em Olinda, Recife.

Meu pai também acreditava que o banho de mar salutar era o tomado antes de o sol nascer. Como explicar o que eu sentia de presente prodigioso em sair de casa de madrugada e pegar o bonde vazio que nos levaria para Olinda ainda na escuridão?

De noite eu ia dormir, mas o coração se mantinha acordado, em expectativa. E de puro alvoroço, eu acordava às quatro e pouco da madrugada e despertava o resto da família. Nós nos vestíamos depressa e saíamos em jejum. Porque meu pai acreditava que assim devia ser: em jejum.

Saímos para uma rua toda escura, recebendo a brisa da pré-madrugada. E esperávamos o bonde. Até que lá de longe ouvíamos o seu barulho se aproximando. Eu me sentava bem na ponta do banco, e minha felicidade começava. Atravessar a cidade escura me dava algo que jamais tive de novo. No bonde mesmo o tempo começava a clarear, e uma luz trêmula de sol escondido nos banhava o mundo.

Eu olhava tudo: as poucas pessoas na rua, a passagem pelo campo com os bichos-de-pé: “Olhe, um porco de verdade!” gritei uma vez, e a frase de deslumbramento ficou sendo uma das brincadeiras da minha família, que de vez em quando me dizia rindo: “Olhe, um porco de verdade.”

Eu não sei da infância alheia. Mas essa viagem diária me tornava uma criança completa de alegria. E me serviu como promessa de felicidade para o futuro. Minha capacidade de ser feliz se revelava. Eu me agarrava, dentro de uma infância muito feliz, a essa ilha encantada que era a viagem diária.

(Clarice Lispector).

01. A leitura atenta do Texto permite deduzir que a narradora

- a) morava com a família em uma casa em Olinda, Recife.
- b) lembrava-se da infância infeliz e que só se alegrava quando via um porco de verdade.

c) acordava mais cedo do que toda a família para tomar café e ir logo para a praia.

d) sentia uma alegria enorme quando chegava a época de banho de mar com a família.

e) ficava com muito medo do pouco movimento das ruas na escuridão.

02. No quarto parágrafo do texto, a narradora diz que “No bonde mesmo o tempo começava a clarear, e uma luz trêmula de sol escondido nos banhava o mundo”.

Essa cena apresenta indícios de que

a) o sol ao nascer estava encoberto, talvez por nuvens, talvez por árvores, talvez pelas construções.

b) a contraposição entre o sol e a iluminação da rua explica essa visão subjetiva.

c) o sol parecia traduzir os mesmos sentimentos da menina.

d) o dia amanhecia mais cedo naquela época do ano.

e) os banhos de mar aconteciam em qualquer praia de Recife.

03. A regência verbal de **pertencer** exige a preposição **a** e, por isso, ele pode estar seguido de um complemento que exija o emprego do acento indicativo de crase. Esse acento deve ser empregado na seguinte frase em que figura esse verbo:

a) Nossa vida pertence **a Deus**

b) O saci e o lobisomem pertencem **a imaginação**

c) O amor pertence **a mim**.

d) Os Jogos Olímpicos pertencem **a esta cidade**.

e) Estas estradas pertencem **a Curitiba**.

04. No seguinte período, a palavra em destaque está grafada de acordo com a ortografia oficial:

- a) O hospital se preocupa com o **aspécto** contagioso do vírus.
- b) Vários jogadores **têm** convênio com patrocinadores que não são do clube.
- c) O população tem de ser **consciênte** de seu papel de cidadão.
- d) A **rúbrica** tem de ser dada em todas as páginas do contrato.
- e) Dançou no **rítmo** da música e ganhou o concurso.

05. No cartaz que contenha a frase “Doa-se filhotes de pedigree.”, para adequá-lo à norma-padrão, será necessário redigi-lo da seguinte forma:

- a) Doa-se filhotes que têm pedigree.
- b) Doa-se filhotes os quais tem pedigree.
- c) Doam-se filhotes que tem pedigree.
- d) Doam-se filhotes que têm pedigree.
- e) Doam-se filhotes os quais tem pedigree.

06. A conjunção **que** empregada na frase: “eu comi tanto no almoço de domingo que passei mal” tem o seguinte sentido:

- a) conformidade
- b) condição
- c) consequência
- d) causa
- e) proporcionalidade

07. De acordo com a norma-padrão, há indeterminação do sujeito em:

- a) Olharam-se com paixão.
- b) Barbearam-se antes da formatura.
- c) Vende-se casa antiga.
- d) Compram-se muitos presentes no Natal.
- e) Trata-se de problemas pessoais.

08. Os jogadores apontaram a altitude, o gramado esburacado e o estádio em péssimas condições como fatores que prejudicaram o desempenho da equipe. Mas nenhum dos adversários chateou mais do que uma manifestação racista da torcida.

A palavra **mas** no texto acima apresenta o papel semântico de

- a) demonstrar oposição entres as ideias
- b) indicar a causa do que é informado antes
- c) retomar as informações anteriores
- d) dar ênfase à informação seguinte.
- e) indicar a consequência do fato anterior.

09. A(s) vírgula(s) está(ão) empregada(s) para isolar o vocativo no seguinte trecho:

- a) O encontro, no antigo parque, foi surpreendente
- b) Gritavam, pulavam, abraçavam-se com muita euforia
- c) Repousam lembranças, memórias indizíveis, naquele coração abandonado
- d) Algo para beber, senhor?
- e) O diretor mais antigo da empresa, Sr. Silva é respeitado por todos.

10. A frase em que a presença ou ausência da preposição está de acordo com a norma-padrão é:

- a) Tenho certeza que ele chegará no horário.
- b) Preciso de que me arranjem um empréstimo.
- c) Convidaram à Melissa para ir ao show.
- d) A necessidade que ela viesse me ajudar me fez chamá-la.
- e) Estarei à sua casa às oito em ponto.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**Marcos Girão**

11. De acordo com o texto da LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) Não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário, aos sábados, domingos e no dia 8 de dezembro (Dia da Justiça); nos dias declarados como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais; segunda, terça e quarta-feira da semana do carnaval; quinta e sexta-feira da Semana Santa; em feriados nacionais, estaduais e municipais, nos municípios sede das respectivas Comarcas.
- b) Os prazos processuais ficarão suspensos nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, período em que não serão designadas audiências e/ou sessões de julgamento, salvo casos de urgência, não havendo expediente no período compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, inclusive.
- c) Os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais funcionarão diariamente, podendo fazê-lo em regime de meio expediente, das 9 às 12 horas.
- d) O Tribunal de Justiça, no prazo de 01 ano adotará e deflagará as medidas necessárias para a consolidação da elevação das Comarcas de Cabo Frio, Itaboraí, Magé e Barra Mansa.
- e) Ao juiz de direito e aos Conselhos de Justiça Militar incumbe processar e julgar as causas de sua competência específica.

12. Acerca dos magistrados, conforme a LODERJ, está correta a seguinte alternativa:

- a) A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos e Juízes de Entrância Especial.
- b) Os Juízes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, inclusive a Comarca da Capital, na qual poderão exercer funções de auxílio.
- c) Os Juízes de Entrância Comum serão titulares nas Varas e Juizados das Comarcas de mesma denominação, apenas.

d) O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, Juízes de Direito Titulares de Entrância Especial, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

e) Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.

13. Considerando o que estabelece a Lei n.º 4.620/2005, é incorreto afirmar sobre o ingresso no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro:

- a) O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na medida em que se der a vacância dos cargos, observado o percentual ideal de vagas estabelecido no Anexo IV desta Lei.
- b) O ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, no primeiro padrão remuneratório da classe inicial da respectiva carreira, observados os limites legais das despesas com pessoal e a escolaridade exigida para o ingresso em cada carreira.
- c) Em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após dois anos da nomeação, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração.
- d) Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.
- e) Promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**Herbert Almeida**

14. João prestou concurso público para ingressar no quadro efetivo de servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conseguindo alcançar a aprovação. Nessa situação, de acordo com o que prevê o Decreto nº 2.479/79 acerca das regras para ingresso em seus cargos, é correto afirmar que
- a) o ato que efetuar o provimento de João no cargo deve necessariamente indicar a existência de vaga.
 - b) a nomeação para os cargos do Tribunal necessariamente ocorre através de prévia habilitação em concurso público de provas ou títulos.
 - c) o objeto de avaliação do concurso são os conhecimentos dos candidatos, independentemente de suas condições de sanidade física ou mental.
 - d) por ocasião da posse, deve ser assinado termo de compromisso de que o candidato aprovado cumprirá os deveres de sua função, juntamente com sua declaração de bens, dispensada a apresentação dos bens de familiares e cônjuges.
 - e) enquanto não providas todas as vagas de concurso anterior, não poderá ser aberto novo concurso público.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**Tiago Zanolla**

15. Acerca da composição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir acerca da sua composição e assinale a correta base no Regimento Interno.
- a) O TJ-RJ é constituído por 180 desembargadores, além do Presidente, Corregedor-Geral de Justiça e os três Vice-presidentes.
 - b) O TJ-RJ é composto por Desembargadores, Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e por Advogados.
 - c) O TJ-RJ é composto por 180 Desembargadores, originados do quinto constitucional e de membros de carreira.
 - d) O TJ-RJ é composto por 180 Desembargadores, sendo 45 originados quinto constitucional
 - e) O TJ-RJ é composto por Desembargadores, Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Advogados e Juizes de Direito de última entrância.

16. Malaquias foi eleito Diretor da Escola da Magistratura. Segundo o Regimento Interno, Malaquias tomará posse perante o/a

- a) Escola da Magistratura
- b) Conselho da Magistratura
- c) Órgão Especial
- d) Tribunal Pleno
- e) Corregedoria-Geral da Justiça

17. Segundo o Regimento Interno, os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando forem os Órgãos do Poder Legislativo serão julgados

- a) Pela Assembleia Estadual
- b) Pelo Órgão Especial
- c) Pelo Tribunal Pleno
- d) Pelo Superior Tribunal de Justiça
- e) Pelo Superior Tribunal Federal

18. Segundo o Regimento Interno, a qual órgão cabe fiscalizar a execução da lei orçamentária na parte relativa ao Poder Judiciário;

- a) Pelo Conselho da Magistratura
- b) Pelo Órgão Especial
- c) Pelo Tribunal Pleno
- d) Pela Corregedoria-Geral de Justiça
- e) Pelo Gabinete da Presidência

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Ricardo Torques**

19. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta sobre o direito à saúde:

- a) Uma operadora de plano privado de saúde deve garantir, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes podendo, para tanto, cobrar valores adicionais da pessoa com deficiência.

- b) Quando forem esgotados os meios de atenção à pessoa com deficiência no local de sua residência, o atendimento poderá ser prestado fora de domicílio, caso em que a família deverá providenciar o transporte e a acomodação do beneficiário.
- c) Os espaços dos serviços de saúde públicos devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência em conformidade com a legislação em vigor. Em se tratando de serviços privados, a promoção da acessibilidade é facultativa e será realizada quando possível.
- d) É assegurada a permanência do acompanhante ou do atendente pessoal junto à pessoa com deficiência. Quando não for possível, o profissional de saúde deverá justificar por escrito.
- e) Os planos de saúde privados estão autorizados a oferecer "pacotes" especiais às pessoas com deficiência, com menos serviços e produtos, visando facilitar o acesso à saúde por essas pessoas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. De acordo com a visão utilitarista um comportamento é ético quando:
- a) considera como problema a adoção de ações que visam maximizar os resultados.
- b) considera correto inobservar regras estabelecidas desde que os resultados decorrentes sejam positivos.
- c) considera eticamente errado as ações que visam apenas à obtenção dos resultados desejados.
- d) considera que os colaboradores devem ser promovidos de acordo com suas virtudes, caráter, motivações, intenções genuínas, segundo regras justas e parciais.
- e) considera que devem ser dadas oportunidades iguais a todos os colaboradores, com base em princípios universais como honestidade e equidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Acerca do regime jurídico administrativo e dos princípios que regem a Administração Pública brasileira, julgue os seguintes itens e aponte a alternativa correta.
- a) O princípio da proteção à confiança, com previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro, corresponde ao aspecto objetivo da segurança jurídica, podendo ser invocado para a manutenção de atos administrativos inválidos quando o prejuízo resultante da anulação for maior que o decorrente da manutenção do ato ilegal.
- b) Ofenderá ao princípio da impessoalidade a atuação administrativa que contrariar, além da lei, a moral, os bons costumes, a honestidade ou os deveres de boa administração.
- c) O princípio da razoabilidade apresenta-se como meio de controle da discricionariedade administrativa pelo Poder Judiciário.
- d) O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.
- e) Conforme o regime jurídico administrativo, apesar de assegurada a supremacia do interesse público sobre o privado, à Administração Pública é vedado ter privilégios não concedidos a particulares.
22. Analise as afirmações sobre os poderes administrativos e, ao final, marque a alternativa correta.
- a) A cobrança de multa constitui exemplo de exceção à autoexecutoriedade do poder de polícia. Todavia, o pagamento da multa cobrada não pode se configurar como condição legal para que a administração pública pratique outro ato em favor do interessado.
- b) A relação entre a administração direta e as entidades que integram a administração indireta pressupõe a existência do poder hierárquico entre ambas.
- c) A aplicação de penalidade a servidor que comete infração funcional decorre do exercício do poder de polícia.

d) No exercício do poder regulamentar é conferida à Administração Pública a prerrogativa de editar atos gerais para complementar a lei, em conformidade com seu conteúdo e limites, não podendo se criar direitos e impor obrigações, salvo as excepcionais hipóteses autorizativas de edição de decreto autônomo.

e) O âmbito de incidência do poder disciplinar da administração pública está restrito aos servidores públicos.

23. Sobre a organização e funcionamento da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de economia mista, por serem dotadas de personalidade jurídica de direito privado, não possuem vínculo de subordinação hierárquica perante o ente estatal que foi responsável pela sua criação. Por essa mesma razão, também não estão sujeitas ao controle dos tribunais de contas.

b) Para criação de uma autarquia, será necessária a edição de decreto específico com essa finalidade.

c) Por se tratar de uma entidade dotada de autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica própria, as autarquias não estão sujeitas a controle pelo ente federativo que a criou.

d) Apesar de submetidas ao regime jurídico de direito privado, as empresas públicas estão sujeitas ao dever de licitar antes de contratar serviços ou adquirir produtos.

e) As fundações públicas de direito público e de direito privado são criadas por lei específica, mediante interesse do ente estatal.

24. . O prefeito de Fabianolândia-RJ exarou ato administrativo autorizando o uso de uma pequena área da calçada, na principal avenida da cidade, para instalação de um carrinho de pipoca. Algum tempo depois, o plano diretor do município sofreu alteração, mais precisamente no tocante a ocupação do espaço urbano, passando a proibir o uso de vias públicas para esse tipo de atividade.

Diante da situação apresentada, o ato do prefeito de Fabianolandia-RJ foi extinto por

a) cassação

b) revogação

c) contraposição

d) anulação

e) caducidade

25. A respeito dos serviços públicos, indique a alternativa correta.

a) A isenção de tarifas para idosos e deficientes usuários de serviços públicos viola o princípio da igualdade, uma vez que esse princípio pressupõe a não diferenciação entre usuários.

b) Na encampação, que consiste em forma de extinção da concessão do serviço público, ocorre a retomada do serviço pelo poder concedente, exigindo-se motivo de interesse público e lei autorizativa específica.

c) As pessoas físicas, jurídicas e os consórcios de empresas podem ser concessionários ou permissionários de serviços públicos, não existindo impedimentos legais.

d) A delegação de determinado serviço público pode ocorrer mediante autorização, desde que a contratação seja precedida de processo licitatório.

e) A interrupção da prestação de serviço público sem aviso prévio, em caso de inadimplemento do usuário, não será considerada descontinuidade do serviço.

26. Quanto ao regime jurídico das licitações públicas, disposto na Lei 8.666/93, assinale a alternativa correta.

a) Nas licitações realizadas por meio da modalidade convite, o prazo para recebimento de propostas será de, no mínimo, cinco dias úteis após a sua divulgação.

b) As pessoas jurídicas que não tenham sido convidadas a participar de licitação, na modalidade convite, ficam impedidas de contratar com o Poder Público, ainda que manifestem interesse.

c) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

- d) A modalidade de licitação utilizada para a promoção de atividades de natureza artística, técnica ou científica é o convite.
- e) Contrariando a regra geral aplicável aos demais entes públicos, as fundações públicas não estão sujeitas ao regime obrigatório de licitações em suas contratações.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. A respeito da eficácia das normas constitucionais, segundo orientação doutrinária clássica e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) Norma constitucional de eficácia limitada, enquanto não regulamentada, não produz nenhum efeito no ordenamento jurídico.
- b) O dispositivo constitucional que assegurada o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem é espécie de norma de eficácia limitada de princípio programático, uma vez que o exercício do direito de resposta depende de regulamentação estabelecida por lei infraconstitucional.
- c) Norma constitucional de eficácia contida, até que sobrevenha lei infraconstitucional regulamentadora, terá plena eficácia e aplicabilidade integral.
- d) A norma constitucional que prescreve a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens é exemplo de norma constitucional de eficácia plena.
- e) Norma constitucional de eficácia limitada é aquela que produz, desde logo, todos os seus efeitos, embora possa sofrer restrição de alcance por meio de lei infraconstitucional.

28. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a assertiva correta.

- a) Sendo o Brasil um Estado laico, a Constituição Federal veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança.

- b) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, é inconstitucional, por invadir matéria da competência da União.
- c) A forma federativa de governo, conforme previsão constitucional expressa, integra o chamado núcleo duro da Constituição, mais conhecido como cláusula pétrea.
- d) As competências da União e dos Estados estão expressas na Constituição Federal, mas as competências dos Municípios são, em regra, residuais.
- e) Compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

29. Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.
- b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.
- c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.
- e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

30. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Ministro do Supremo Tribunal Federal por crime de responsabilidade.
- b) Nenhum Estado poderá eleger menos do que oito deputados federais e nem mais do que setenta e cinco.
- c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI), embora possua poderes de investigação próprios das autoridades judiciais não pode promover a quebra de sigilo bancário de investigado.
- d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.
- e) Nas últimas eleições, o Estado do Rio de Janeiro elegeu 46 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Rio de Janeiro corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

31. Acerca do Poder Judiciário, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Deve o juiz residir na Comarca em que atua, salvo por autorização do tribunal.
- b) Um terço das vagas dos Tribunais Regionais Federais deve ser reservado a advogados e membros do Ministério Público.
- c) A vitaliciedade é uma das garantias constitucionais da magistratura. No primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício e, nos tribunais, na data da posse.
- d) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.
- e) Na promoção por antiguidade, o tribunal poderá, por decisão fundamentada de dois terços de seus membros, recusar a promoção do magistrado mais antigo.

32. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação INCORRETA.

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça ocupam no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.
- c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correccional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Embora seja órgão do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição, de maneira que a legalidade e a constitucionalidade de suas decisões poderão ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, quando provocado.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) Os pais são responsáveis objetivamente pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- c) A responsabilidade civil depende diretamente da constatação de responsabilidade criminal do agente.
- d) O dono de animal de estimação responde pelo dano que este causar a terceiro, salvo quando restar comprovada culpa da vítima.
- e) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos.

34. Quanto aos defeitos do negócio jurídico, julgue as alternativas a seguir:

- I - Trata-se de negócio jurídico anulável aquele que decorre de declaração de vontade calcada em erro substancial.
- II - Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar a indenização.
- III - O erro de cálculo vinculado a um negócio jurídico em andamento apenas autoriza a retificação da declaração de vontade da parte.
- IV - O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I.
- d) Nenhuma das afirmativas.
- e) Todas as afirmativas.

35. Acerca da lei, sua eficácia no tempo e modos de revogação, assinale a alternativa correta:

- a) a lei sempre terá vigência imediata e indeterminada.
- b) se o legislador omitir-se em dizer quando a lei entrará em vigor, isto ocorrerá em trinta dias no Brasil e em três meses no exterior.
- c) aplica-se a regra cronológica à vigência de lei com prazo certo e determinado.
- d) conceitua-se como repristinatória a norma que revoga norma revogadora, dando eficácia à norma anteriormente revogada.
- e) ab-rogação é a revogação parcial da norma jurídica anteriormente vigente, enquanto a derrogação é sua revogação total.

36. Acerca da mora, julgue as alternativas a seguir:

- I - Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.
- II - Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- III - Mesmo havendo fato ou omissão imputável ao devedor, incorre este em mora.
- IV - Não havendo termo, a mora só se constitui mediante interpelação judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) Todas as afirmativas.

37. Incorre em cláusula penal aquele que:

- a) culposamente, deixar de cumprir a obrigação ou se constitua em mora, incorrendo, de pleno direito, na referida cláusula.
- b) mesmo após ser interpelado, deixe de cumprir a obrigação ou cumprí-la em mora.
- c) culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora, devendo o credor comprovar o prejuízo decorrente da inadimplência.
- d) nas obrigações com termo certo, deixar de cumprir a obrigação - não sendo necessário que o credor comprove o prejuízo decorrente do inadimplemento, bem como a culpa do devedor.
- e) incorrer em mora, mesmo que não haja necessariamente o inadimplemento absoluto.

38. Nathália reside no décimo andar de um edifício, em apartamento e possui em sua varanda um jardim suspenso.

Certo dia, um vaso de petúnias despencou de sua varanda e acabou por acertar Renata, que sofreu uma fratura no seu ombro esquerdo. Depreende-se da situação apresentada que Nathália deverá ser responsabilizada de maneira

- a) objetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.
- b) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com dolo, direto ou eventual.
- c) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
- d) objetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
- e) subjetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

39. Assinale a alternativa correta.

- a) O rol de princípios elencados nos artigos iniciais do Código de Processo Civil é exaustivo.
- b) Com a constitucionalização do direito processual civil, o contraditório, atualmente, é composto pelo trinômio: ciência, reação e poder de influenciar as decisões do juiz.
- c) A Administração Pública pode se submeter à arbitragem, podendo escolher que ela seja resolvida pelo direito ou pela equidade, bem como pode optar pela publicidade ou pelo sigilo.
- d) Em determinado processo, o juiz não decretou a nulidade existente no processo e requerida pelo réu, mas julgou o mérito a favor do próprio réu. Nesse caso, o juiz desrespeitou as regras do novo Código de Processo Civil.
- e) O Código de Processo Civil prevê a identidade física do juiz.

40. Analise as assertivas:

- I. A tutela satisfativa destina-se a realizar concretamente o direito da parte.
- II. Na tutela cautelar, objetiva-se simplesmente assegurar o provimento útil da demanda, a satisfação eventual e futura do direito da parte.
- III. A cognição pode ser analisada em duas direções: no sentido horizontal, quando a cognição pode ser plena ou parcial; e no sentido vertical, em que a cognição pode ser exauriente ou sumária/superficial.

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Apenas a alternativa I é verdadeira;
- c) Apenas a alternativa I e II é verdadeira;
- d) Apenas a II é falsa.
- e) Apenas a III é verdadeira.

41. Assinale a alternativa correta.

- a) Sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.
- b) Para a existência do processo é indispensável a citação do réu ou do executado.
- c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando apenas a lei autorizar.
- d) As provas requeridas ou determinadas de ofício antes do início da vigência do NCPC, mas produzidas depois, respeitam as disposições do novo Código.
- e) A coisa julgada de questão prejudicial (art. 503, §1º, CPC) aplica-se aos processos iniciados sob a vigência do CPC/73, mas sentenciados já na vigência do novo Código de Processo Civil.

42. Sobre o direito probatório, marque a alternativa correta:

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, e, após, o autor e o réu, que serão inquiridos.
- b) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- c) Determinada pelo Juízo, a recusa pela parte, e por terceiros, a exhibir documento ou coisa importará na admissão como verdadeiros os fatos que a outra parte pretendia provar.
- d) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- e) O novo Código não previu o instituto da prova emprestada. Assim, a regulação desse instituto é delineada apenas pela jurisprudência.

43. Assinale a alternativa correta acerca do cumprimento de sentença:

- a) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.
- b) O cumprimento da sentença poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável, ainda que estes não tenham participado da fase de conhecimento.
- c) De acordo com a jurisprudência do STF, em sede de execução contra a fazenda pública não devem incidir os juros da mora no período compreendido entre a data de realização dos cálculos e a da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório.
- d) o cumprimento de decisão definitiva que condena ao pagamento de prestação alimentícia se dará sempre no juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição ou no juízo do atual domicílio do credor, sendo certo que a intimação do devedor se dará na pessoa de seu advogado.

- e) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 05 (cinco) dias, acrescido de custas, se houver.

44. Sobre os meios de impugnação às decisões judiciais, aponte a alternativa incorreta:

- a) O art. 927, CPC prevê os seguintes precedentes obrigatórios: decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; os enunciados de súmula vinculante; os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.
- b) Efeito suspensivo impede a produção imediata dos efeitos da decisão que se quer impugnar, mas a regra em nosso sistema é a de que os recursos não impedem a eficácia da decisão.
- c) Uma vez interposta apelação, o juiz deve intimar o apelado para apresentar contrarrazões. Transcorrido o prazo de 15 dias, e não havendo interposição de apelação adesiva, deve remeter os autos ao tribunal, independentemente do juízo de admissibilidade.
- d) É cabível embargos de declaração quando a decisão deixa de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.
- e) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente.

DIREITO PENAL**Priscila Silveira**

45. Pedro, segurança de uma famosa rede de supermercados em São Paulo, percebeu que Paulo escondera em suas vestes dois cremes dentais e dois sabonetes, de valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, Paulo é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de Paulo não constitui crime, uma vez que este agiu em estado de necessidade.
- b) A conduta de Paulo não constitui crime, uma vez que o fato é materialmente atípico.
- c) A conduta de Paulo constitui crime, uma vez que se enquadra no artigo 155 do Código Penal, não estando presente nenhuma das causas de exclusão de ilicitude ou culpabilidade, razão pela qual este deverá ser condenado.
- d) A conduta de Paulo constitui crime, mas estará isento de pena, diante da inexigibilidade de conduta diversa, que é causa de excludente de culpabilidade.
- e) a conduta de Paulo não é crime, vez que agiu no exercício regular de um direito.

46. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

47. No que tange ao concurso de pessoas e segundo disposições preceituadas no Código Penal, é correto afirmar que

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

48. Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, mas depende de outro resultado ou consequência.
- b) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento particular.
- c) A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a material é a própria forma do documento, que é alterada ou forjada, criando um documento novo.
- d) Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.

e) No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada de quarta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

49. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A *abolitio criminis* configura exceção ao princípio da irretroatividade da lei penal.
- b) Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria do resultado.
- c) Ao crime praticado por brasileiro em território estrangeiro pode ser aplicada a lei brasileira.
- d) Leis temporárias são aquelas que têm vigência por um período predeterminado.
- e) A lei penal pátria pode ser aplicada ao estrangeiro que comete crime fora do território nacional, sendo a vítima brasileira.

50. Com relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Pratica corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- b) Pratica concussão o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- c) No peculato culposo, a reparação do dano, em qualquer momento do processo e até a sentença recorrível, reduz em um terço a pena imposta.
- d) Pratica concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, vantagem devida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.
- e) Pratica prevaricação o funcionário público que pratica, retarda ou deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

51. Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) referente a crime cuja ação penal é exclusivamente privada pode ser instaurado sem representação da vítima, porque a representação é condição de procedibilidade da ação penal e não do inquérito.
- b) o inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.
- c) o indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
- d) instaurado pela autoridade policial pode ser por ela arquivado, caso não fique apurado quem foi o autor do delito.
- e) O Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito policial para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, diante da sua característica de indisponibilidade.

52. Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo nem constitua defensor,

- a) ficará suspenso o processo, mas continuará fluindo o prazo prescricional, podendo ser decretada a prisão preventiva.
- b) deverá ser decretada a revelia do acusado, tramitando o processo na sua ausência e, se for o caso, decretada a prisão preventiva.
- c) deverá ser decretada a prisão preventiva e a suspensão do curso do prazo prescricional.
- d) ser-lhe-ão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.
- e) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.

53. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

54. Considerando a matéria de provas no processo penal brasileiro, analise as proposições abaixo:

- I. São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- II- O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- III- O Código de Processo Penal adotou a teoria "dos frutos da árvore envenenada" e a teoria da "fonte independente".
- IV- o juiz poderá ordenar, somente quando iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas urgentes e relevantes.

Assinale a opção correta:

- a) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

55. Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (qua-tro) anos.

56. A respeito do assistente da acusação, assinale a alternativa correta.

- a) É possível a habilitação do assistente da acusação, no curso da ação penal, até a fase de sentença.
- b) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente apenas seu cônjuge, ascendente e descendente.
- c) O assistente da acusação é admitido tanto na fase de inquérito quanto na fase de ação penal, seja nas de iniciativa pública ou privada.
- d) Em caso de concurso de pessoas, o corréu pode figurar como assistente da acusação quanto ao outro acusado, no mesmo processo.
- e) Da decisão que indefere ou admite assistente de acusação, não cabe recurso.

LEGISLAÇÃO**Tiago Zanolla**

57. Compete aos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis distribuir ou encaminhar para distribuição automática as iniciais designando-se

- a) Em até 5 dias úteis data para audiência de conciliação.
- b) Em até 3 dias a data para audiência de conciliação.
- c) Em até 48 horas a data para audiência de conciliação.
- d) Em até 24 horas a data para audiência de conciliação.
- e) De imediato a data para audiência de conciliação.

58. Para o fim de registro de penhora ou arresto no registro imobiliário, o Chefe de Serventia fará constar da certidão, além de outros considerados necessários pela lei, exceto

- a) nomes completos, qualificações, incluído o número do CPF/MF ou CNPJ/MF, e endereço das partes credora e devedora.
- b) valor da dívida em moeda corrente nacional.
- c) nome do depositário do bem.
- d) descrição completa do imóvel.
- e) valor venal informado por corretor de imóveis registrado no CRECI-RJ.

59. Sobre segurança da informação são consideradas imprescindíveis as seguintes anotações e a observância dos seguintes procedimentos, exceto

- a) manter sempre as caixas de correio institucionais vazias.
- b) não criar senha com nomes de pessoas da família, datas de nascimento, e palavras fáceis.
- c) não abrir e-mails com extensões do tipo .exe; .com; .bin; .scr.
- d) cadastrar a Defensoria Pública, nos feitos em que esta funcionar.
- e) manter o cadastro de usuários da serventia atualizado.

60. As cartas precatórias de trâmite exclusivo neste Estado, expedidas para cumprimento de diligências ou atos processuais determinados de ofício pelo Juízo ou a requerimento do Ministério Público,

- a) suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, antes do seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.
- b) não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.
- c) suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após a distribuição no juízo deprecado, pelo requerido.
- d) não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.
- e) N.D.A

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Analista-31-05-20>

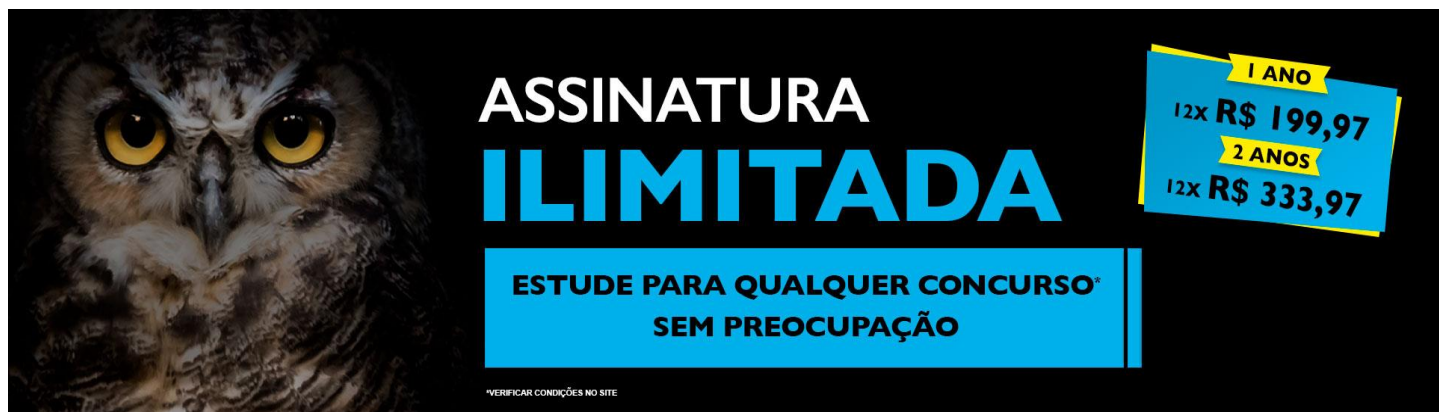
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner with a dark background. On the left is a close-up of an owl's face with large yellow eyes. To the right of the owl, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, white and blue letters. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. In the top right corner, there is a yellow and blue price tag showing two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, in small white text, it says '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.